

**LIGHT S.A.**

CNPJ/ME nº 03.378.521/0001-7

NIRE 33.300.263.16-1

**Companhia Aberta**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração da Light S.A. (“Companhia” ou “Light”), com sede social na Av. Marechal Floriano, 168, 2º andar, Corredor A, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem, por meio desta, propor aos Srs. Acionistas, em razão da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 04 de julho de 2019, às 11 horas, a aprovação da seguinte matéria constante da ordem do dia, nos termos abaixo descritos (“Reforma do Estatuto Social”):

1) Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, com objetivo de:

a) modificar o *caput* do artigo 12, para reduzir de 09 (nove) para 06 (seis) o número de Diretores da Companhia e extinguir os cargos de Diretor de Comunicação, Diretor Jurídico e Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores;

b) alterar as atribuições atinentes ao cargo de Diretor Presidente para incluir atribuições próprias do cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores, bem como otimizar e aprimorar as atribuições dos cargos dos demais Diretores;

c) alterar, como consequência do disposto nos itens “a” e “b” acima, a denominação dos cargos de Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Gente e Gestão Empresarial e Diretor de Energia para, respectivamente: (i) Diretor Presidente e de Relações com Investidores; (ii) Diretor de Finanças e de Participações; (iii) Diretor de Gestão Empresarial; e (iv) Diretor de Energia e Comercialização;

d) criar o Comitê de Auditoria Estatutário.

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos na Instrução CVM nº 481/09, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu website ([ri.light.com.br](http://ri.light.com.br)), no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), bem como foram contemplados nos Anexos da presente Proposta.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2019

A Administração  
Light S.A.

**ANEXO I**  
**Proposta de Alteração do Estatuto Social da Companhia**  
(Conforme art. 11, inciso I e II, da Instrução CVM nº 481)

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p><b>Artigo 7º</b> A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.</p> <p><b>Parágrafo Primeiro</b> – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, bem como para atendimento do previsto no Regulamento do Novo Mercado nos termos do parágrafo único do artigo 30 deste Estatuto Social, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.</p> <p>[...]</p> <p><b>Artigo 12</b> A Diretoria será constituída por até 9 (nove) Diretores, composta da seguinte forma: um Diretor-Presidente; um Diretor de Finanças; um Diretor de Gente e Gestão Empresarial; um Diretor de Energia; um Diretor Comercial; um Diretor de Engenharia; um Diretor de Desenvolvimento de Negócios</p>	<p><b>Artigo 7º</b> A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.</p> <p><b>Parágrafo Primeiro</b> – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, bem como para atendimento do previsto no Regulamento do Novo Mercado nos termos do parágrafo único do artigo <del>30</del> <b>34</b> deste Estatuto Social, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.</p> <p>[...]</p> <p><b>Artigo 12</b> A Diretoria será constituída por <del>até 9 (nove)</del> <b>6 (seis)</b> Diretores, composta da seguinte forma: um <b>Diretor Presidente e de Relação com Investidores</b>; um Diretor de Finanças <b>e de Participações</b>; um Diretor de <del>Gente e</del> <b>Gestão Empresarial</b>; um Diretor de <del>Energia e</del> <b>Comercialização</b>; um Diretor Comercial e; um</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p> <p>Redução do número de Diretorias, de 9 (nove) para 6 (seis), objetivando aprimorar e simplificar a estrutura de governança da Companhia, garantindo maior eficiência operacional.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>e Relações com Investidores; um Diretor Jurídico e um Diretor de Comunicação; com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição.</p>	<p>Diretor de Engenharia; <del>um Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores; um Diretor Jurídico e um Diretor de Comunicação;</del> todos com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição.</p>	
<p><b>Artigo 15</b> Sem prejuízo das atribuições da Diretoria em colegiado, são atribuições próprias dos Diretores em função do respectivo cargo:</p> <p><b>I – Diretor-Presidente:</b></p> <p>[...]</p> <p>[...]</p> <p><b>d)</b> coordenar as atividades de relacionamento institucional junto aos órgãos reguladores e</p>	<p><b>Artigo 15</b> Sem prejuízo das atribuições da Diretoria em colegiado, são atribuições próprias dos Diretores em função do respectivo cargo:</p> <p><b>I – Diretor Presidente e de Relações com Investidores:</b></p> <p>[...]</p> <p><b>d)</b> coordenar e administrar processos e <del>as</del> atividades <del>relativas à comunicação e de</del></p>	<p>Alteração da denominação do cargo para Diretor Presidente e de Relações com Investidores, bem como inclusão e adequação das suas atribuições, em decorrência da extinção do cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores e Diretor de Comunicação, que passarão a ser de competência do Diretor Presidente e de Relações com Investidores.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>Ministérios Públicos, ouvidoria e regulação;</p> <p>[...]</p> <p>i) coordenar a gestão de riscos corporativos da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;</p> <p>j) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;</p> <p>k) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;</p>	<p><del>relações institucionais, externa e internamente, no âmbito da Companhia, de suas subsidiárias e controladas; de relacionamento institucional junto aos órgãos reguladores e Ministérios Públicos, ouvidoria e regulação;</del></p> <p>[...]</p> <p><del>i) gerir os processos e atividades relativos à área de Regulação e</del> <del>coordenar a gestão de riscos corporativos da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;</del></p> <p><del>j) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;</del></p> <p><del>k) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p><b>l)</b> coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;</p> <p><b>m)</b> coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;</p> <p><b>n)</b> propor a política de governança corporativa;</p> <p><b>o)</b> coordenar as atividades executivas de auditoria interna, compliance, secretaria geral;</p> <p><b>p)</b> conduzir as atividades relacionadas à riscos e segurança empresarial;</p> <p><b>q)</b> aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com</p>	<p><del>l)</del> <b>j)</b> coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;</p> <p><del>m)</del> <b>k)</b> coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;</p> <p><del>n)</del> <b>l)</b> propor a política de governança corporativa;</p> <p><del>o)</del> <b>m)</b> coordenar as atividades executivas de auditoria interna, <del>compliance, secretaria geral; e</del> <b>secretaria de governança corporativa;</b></p> <p><del>p)</del> <b>n)</b> <del>conduzir as atividades relacionadas à riscos e segurança empresarial</del> <b>coordenar as políticas em relação à responsabilidade social e à sustentabilidade;</b></p> <p><del>q)</del> <b>o)</b> aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com</p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</p> <p>r) coordenar as políticas em relação à responsabilidade social e à sustentabilidade.</p>	<p>outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</p> <p><del>r) coordenar as políticas em relação à responsabilidade social e à sustentabilidade.</del></p> <p>p) gerir os processos e atividades relativos à área de Relações com Investidores;</p> <p>q) responsabilizar-se pelas atividades de <i>compliance</i> e gestão de riscos corporativos.</p>	
<p><b>II – Diretor de Finanças:</b></p> <p>a) controlar os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;</p> <p>b) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia;</p>	<p><b>II – Diretor de Finanças e Participações:</b></p> <p>a) gerir os processos e atividades relativos à área financeira <del>controlar os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;</del></p> <p>b) gerir os processos e atividades relativos ao acompanhamento da Gestão das empresas investidas <del>contabilizar e controlar as</del></p>	<p>Alteração da denominação do cargo para Diretor de Finanças e Participações, bem como adequação das suas atribuições, em decorrência da extinção do cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p><b>c)</b> detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;</p> <p><b>d)</b> controlar o capital social da Companhia, propor a política acionária, bem como sugerir a política de dividendos;</p> <p><b>e)</b> promover a gestão financeira das participações da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;</p> <p><b>f)</b> propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a</p>	<p><del>operações econômico-financeiras da Companhia;</del></p> <p><del>e) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;</del></p> <p><del>d) controlar o capital social da Companhia, propor a política acionária, bem como sugerir a política de dividendos;</del></p> <p><del>e) promover a gestão financeira das participações da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;</del></p> <p><del>f) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, os aportes de capital, o exercício de</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>celebração de acordos de votos nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;</p> <p><b>g)</b> coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual, com a participação de todas as Diretorias da Companhia;</p> <p><b>h)</b> determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;</p> <p><b>i)</b> coordenar a gestão de riscos financeiros da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;</p> <p><b>j)</b> acompanhar o desempenho da execução dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;</p> <p><b>k)</b> proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia;</p>	<p><del>direito de preferência e a celebração de acordos de votos nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;</del></p> <p><del><b>g)</b> coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual, com a participação de todas as Diretorias da Companhia;</del></p> <p><del><b>h)</b> determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;</del></p> <p><del><b>i)</b> coordenar a gestão de riscos financeiros da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;</del></p> <p><del><b>j)</b> acompanhar o desempenho da execução dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;</del></p> <p><del><b>k)</b> proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia;</del></p>	



ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>l) conduzir as atividades relacionadas às operações financeiras no mercado de capitais;</p> <p>m) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</p> <p>n) consolidar o Planejamento Estratégico da Companhia com a participação das demais Diretorias.</p>	<p><del>l) conduzir as atividades relacionadas às operações financeiras no mercado de capitais;</del></p> <p><del>m) c) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</del></p> <p><del>n) consolidar o Planejamento Estratégico da Companhia com a participação das demais Diretorias.</del></p>	
<p><b>III – Diretor de Gente e Gestão Empresarial:</b></p> <p>a) prover pessoal adequado à Companhia;</p> <p>b) definir a política de recursos humanos (inclusive benefícios) da Companhia, orientar e promover sua</p>	<p><b>III – Diretor de <del>Gente e</del> Gestão Empresarial:</b></p> <p>a) <del>planejar e prover as atividades relativas a gestão de recursos humanos, suprimento de materiais e serviços, infraestrutura, tecnologia da informação e telecomunicações;</del> <del>prover pessoal adequado à Companhia;</del></p> <p>b) <del>coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica; definir a política de recursos humanos (inclusive benefícios) da Companhia;</del></p>	<p>Alteração da denominação do cargo para Diretor de Gestão Empresarial, bem como inclusão e adequação das suas atribuições para refletir as práticas de mercado e, ainda, em decorrência da extinção do cargo de Diretor Jurídico, cuja competência passará a ser do Diretor de Gestão Empresarial.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>aplicação;</p> <p><b>c)</b> orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;</p> <p><b>d)</b> conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;</p> <p><b>e)</b> apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar o desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia e subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais;</p> <p><b>f)</b> propor ao Diretor-Presidente, para</p>	<p><del>orientar e promover sua aplicação;</del></p> <p><del>e) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;</del></p> <p><del>d) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;</del></p> <p><del>e) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar o desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia e subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais;</del></p> <p><del>f) propor ao Diretor-Presidente, para</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;</p> <p><b>g)</b> gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia;</p> <p><b>h)</b> coordenar as políticas, processos e meios de segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;</p> <p><b>i)</b> propor políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;</p> <p><b>j)</b> coordenar os serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;</p> <p><b>k)</b> definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;</p>	<p><del>encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;</del></p> <p><del><b>g)</b> gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia;</del></p> <p><del><b>h)</b> coordenar as políticas, processos e meios de segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;</del></p> <p><del><b>i)</b> propor políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;</del></p> <p><del><b>j)</b> coordenar os serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;</del></p> <p><del><b>k)</b> definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p><b>l)</b> projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;</p> <p><b>m)</b> administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;</p> <p><b>n)</b> proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;</p> <p><b>o)</b> administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;</p> <p><b>p)</b> promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe;</p>	<p><del><b>l)</b> projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;</del></p> <p><del><b>m)</b> administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;</del></p> <p><del><b>n)</b> proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;</del></p> <p><del><b>o)</b> administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;</del></p> <p><del><b>p)</b> promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe;</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>q) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;</p> <p>r) definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico e de normalização técnica;</p> <p>s) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;</p> <p>t) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</p> <p>u) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia.</p>	<p>classe;</p> <p><del>q) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;</del></p> <p><del>r) definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico e de normalização técnica;</del></p> <p><del>s) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;</del></p> <p><del>t) c) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</del></p> <p><del>u) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia.</del></p>	
<p><b>IV – Diretor de Energia:</b></p> <p>a) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;</p>	<p><b>IV – Diretor de Energia e Comercialização:</b></p> <p>a) gerir os processos e atividades de geração de energia e transporte em alta tensão; elaborar o</p>	<p>Alteração da denominação do cargo para Diretor de Energia e Comercialização, bem como adequação das suas atribuições.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>b) operar e manter os sistemas de geração e os sistemas de supervisão e telecontrole associados, bem como os sistemas de transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;</p> <p>c) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;</p> <p>d) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica-Abrage, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE e a demais entidades representativas dos setores de geração e de transmissão de energia elétrica e de comercialização de energia;</p> <p>e) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;</p>	<p><del>planejamento da geração e da transmissão;</del></p> <p>b) gerir os processos e atividades relativos à comercialização de energia e ao relacionamento comercial no ambiente de contratação livre; <del>operar e manter os sistemas de geração e os sistemas de supervisão e telecontrole associados, bem como os sistemas de transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;</del></p> <p><del>c) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;</del></p> <p><del>d) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica-Abrage, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE e a demais entidades representativas dos setores de geração e de transmissão de energia elétrica e de comercialização de energia;</del></p> <p>e) gerir os laboratórios e</p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>f) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e de transmissão;</p> <p>g) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e de transmissão;</p> <p>h) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração e cogeração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;</p> <p>i) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da transmissão, geração e cogeração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos;</p> <p>j) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de</p>	<p><del>oficinas centrais da Companhia;</del></p> <p><del>f) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e de transmissão;</del></p> <p><del>g) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e de transmissão;</del></p> <p><del>h) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração e cogeração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;</del></p> <p><del>i) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da transmissão, geração e cogeração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos;</del></p> <p><del>j) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>transmissão;</p> <p><b>k)</b> gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;</p> <p><b>l)</b> propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;</p> <p><b>m)</b> gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de transmissão, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;</p> <p><b>n)</b> propor as políticas e diretrizes de meio ambiente;</p> <p><b>o)</b> coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente;</p> <p><b>p)</b> monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais;</p> <p><b>q)</b> elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos</p>	<p><del>consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;</del></p> <p><del><b>k)</b> gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;</del></p> <p><del><b>l)</b> propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;</del></p> <p><del><b>m)</b> gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de transmissão, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;</del></p> <p><del><b>n)</b> propor as políticas e diretrizes de meio ambiente;</del></p> <p><del><b>o) c)</b> coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente;</del></p> <p><del><b>p)</b> monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais;</del></p>	



ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>mercados de interesse da Companhia;</p> <p>r) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;</p> <p>s) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;</p> <p>t) coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;</p> <p>u) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica e propor à Diretoria Executiva para aprovação;</p> <p>v) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em</p>	<p><del>q) — elaborar — pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;</del></p> <p><del>r) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;</del></p> <p><del>s) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;</del></p> <p><del>t) coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;</del></p> <p><del>u) — coordenar — o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica e propor à Diretoria Executiva para aprovação;</del></p> <p><del>v) — estabelecer — relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços — para — os consumidores;</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>tensão maior ou igual a 230 kV;</p> <p><b>w)</b> identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;</p> <p><b>x)</b> negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;</p> <p><b>y)</b> negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;</p> <p><b>z)</b> aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</p> <p><b>aa)</b> propor as políticas e diretrizes de alternativas energéticas.</p>	<p><del>individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 230 kV;</del></p> <p><del><b>w)</b> identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;</del></p> <p><del><b>x)</b> negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;</del></p> <p><del><b>y)</b> negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;</del></p> <p><b>z) d)</b> aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</p> <p><del><b>aa)</b> propor as políticas e diretrizes de alternativas energéticas.</del></p>	
<p><b>V – Diretor de Engenharia:</b></p> <p><b>a)</b> operar o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole</p>	<p><b>V – Diretor de Engenharia:</b></p> <p><b>a)</b> gerir os processos e atividades relativas ao planejamento, operação,</p>	<p>Adequação das atribuições do cargo de Diretor de Engenharia.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>associados;</p> <p><b>b)</b> buscar a melhoria contínua dos processos de operação, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;</p> <p><b>c)</b> buscar a melhoria contínua dos processos de manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;</p> <p><b>d)</b> manter o sistema elétrico de distribuição e sistemas de supervisão e telecontrole associados;</p> <p><b>e)</b> zelar pela qualidade do</p>	<p>manutenção e expansão da rede de distribuição de energia elétrica e zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;</p> <p><del>operar o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;</del></p> <p><del><b>b)</b> buscar a melhoria contínua dos processos de operação, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;</del></p> <p><del><b>c)</b> buscar a melhoria contínua dos processos de manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;</del></p> <p><del><b>d)</b> manter o sistema elétrico de distribuição e sistemas de supervisão e telecontrole associados;</del></p> <p><del><b>e)</b> zelar pela qualidade do</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;</p> <p><b>f)</b> elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;</p> <p><b>g)</b> gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;</p> <p><b>h)</b> conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;</p> <p><b>i)</b> aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</p> <p><b>j)</b> representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica–Abradee e demais entidades do setor de distribuição.</p>	<p><del>fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;</del></p> <p><del>f) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;</del></p> <p><del>g) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;</del></p> <p><del>h) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;</del></p> <p><del>i) b) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</del></p> <p><del>j) representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica–Abradee e demais entidades do setor de distribuição.</del></p>	
<p><b>VI – Diretor Comercial:</b></p> <p><b>a)</b> propor e implementar as políticas de atendimento aos</p>	<p><b>VI – Diretor Comercial:</b></p> <p><b>a)</b> gerir os processos e atividades relativos ao</p>	<p>Adequação das atribuições do cargo de Diretor Comercial.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>consumidores atendidos com tensão até 138kV;</p> <p><b>b)</b> desenvolver programas e ações junto aos consumidores até 138kV, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;</p> <p><b>c)</b> estabelecer relações comerciais e mercadológicas e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores até 138kV;</p>	<p><del>relacionamento com clientes do sistema de distribuição, envolvendo faturamento, leitura, cobrança e gestão do programa de recuperação de energia e de combate às perdas comerciais; <b>propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos com tensão até 138kV;</b></del></p> <p><b>b)</b> propor e implementar ações visando o incremento dos índices de satisfação dos clientes, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da percepção da imagem da empresa, em conformidade com as metas estabelecidas e as exigências dos órgãos reguladores; <del>desenvolver programas e ações junto aos consumidores até 138kV, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;</del></p> <p><b>c)</b> <del>estabelecer relações comerciais e mercadológicas e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores até 138kV;</del></p> <p><b>d)</b> <del>coordenar a estratégia de</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p><b>d)</b> coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à eficiência energética;</p> <p><b>e)</b> propor e implementar a estratégia e as políticas de recuperação de energia e de combate às perdas comerciais, em conformidade com as metas estabelecidas;</p> <p><b>f)</b> propor e implementar ações com a finalidade de promover a melhoria constante da adimplência por meio de ações estratégicas e operacionais eficientes;</p> <p><b>g)</b> propor e implementar ações visando o incremento dos índices de satisfação dos clientes, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da percepção da imagem da empresa, em conformidade com as metas estabelecidas e as exigências dos órgãos reguladores;</p> <p><b>h)</b> propor, implementar e coordenar as ações relacionadas a faturamento, leitura, entrega das faturas, arrecadação e cobrança de contas dos clientes da Companhia, com a finalidade</p>	<p><del>atuação da Companhia em relação à eficiência energética;</del></p> <p><del>e) propor e implementar a estratégia e as políticas de recuperação de energia e de combate às perdas comerciais, em conformidade com as metas estabelecidas;</del></p> <p><del>f) propor e implementar ações com a finalidade de promover a melhoria constante da adimplência por meio de ações estratégicas e operacionais eficientes;</del></p> <p><del>g) propor e implementar ações visando o incremento dos índices de satisfação dos clientes, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da percepção da imagem da empresa, em conformidade com as metas estabelecidas e as exigências dos órgãos reguladores;</del></p> <p><del>h) propor, implementar e coordenar as ações relacionadas a faturamento, leitura, entrega das faturas, arrecadação e cobrança de contas dos clientes da Companhia, com a finalidade de garantir a receita prevista;</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>de garantir a receita prevista, por meio de ações comerciais;</p> <p>i) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</p> <p>j) planejar e implantar ações comerciais, coordenando os processos de atendimento aos clientes por meio de agências físicas, tele atendimento, agência virtual e redes sociais e definindo padrões de qualidade e de tratamento das reclamações.</p>	<p><del>por meio de ações comerciais;</del></p> <p><del>i) c) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</del></p> <p><del>j) planejar e implantar ações comerciais, coordenando os processos de atendimento aos clientes por meio de agências físicas, tele atendimento, agência virtual e redes sociais e definindo padrões de qualidade e de tratamento das reclamações.</del></p>	
<p><b>VII – Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores:</b></p> <p>a) promover a prospecção, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;</p>	<p><del>VII – Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores:</del></p> <p><del>a) promover a prospecção, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;</del></p>	<p>Exclusão de dispositivos estatutários para refletir a extinção dos cargos de Diretor de Comunicação, Diretor Jurídico e Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores, com a respectiva redistribuição das suas atribuições entre os demais cargos, conforme proposto nas alterações anteriores.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p><b>b)</b> promover as análises prospectivas de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;</p> <p><b>c)</b> coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos, em conjunto com a Diretoria de Finanças;</p> <p><b>d)</b> coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;</p> <p><b>e)</b> prospectar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos do setor de</p>	<p><del><b>b)</b> promover as análises prospectivas de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;</del></p> <p><del><b>c)</b> coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos, em conjunto com a Diretoria de Finanças;</del></p> <p><del><b>d)</b> coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;</del></p> <p><del><b>e)</b> prospectar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos do setor de</del></p>	



ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>energia elétrica;</p> <p><b>f)</b> coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica–Aneel;</p> <p><b>g)</b> promover a prospecção e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;</p> <p><b>h)</b> coordenar a gestão das participações societárias da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;</p> <p><b>i)</b> opinar sobre a celebração ou alteração de contratos ou ainda sobre os termos de quaisquer instrumentos, sempre que tais contratos ou instrumentos sejam relacionados a participações societárias;</p>	<p><del>energia elétrica;</del></p> <p><del><b>f)</b> coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica–Aneel;</del></p> <p><del><b>g)</b> promover a prospecção e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;</del></p> <p><del><b>h)</b> coordenar a gestão das participações societárias da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;</del></p> <p><del><b>i)</b> opinar sobre a celebração ou alteração de contratos ou ainda sobre os termos de quaisquer instrumentos, sempre que tais contratos ou instrumentos sejam relacionados a participações societárias;</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p><b>j)</b> coordenar os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, mediante aprovação do Conselho de Administração;</p> <p><b>k)</b> promover a política de governança corporativa;</p> <p><b>l)</b> responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários-CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;</p> <p><b>m)</b> representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais;</p> <p><b>n)</b> aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto</p>	<p><del><b>j)</b> coordenar os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, mediante aprovação do Conselho de Administração;</del></p> <p><del><b>k)</b> promover a política de governança corporativa;</del></p> <p><del><b>l)</b> responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários-CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;</del></p> <p><del><b>m)</b> representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais;</del></p> <p><del><b>n)</b> aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>no Parágrafo Único do Artigo 18;</p> <p><b>o)</b> conduzir as atividades relacionadas à relações com investidores.</p> <p><b>VIII – Diretor Jurídico:</b></p> <p><b>a)</b> coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;</p> <p><b>b)</b> apoiar as demais áreas da Companhia, incluindo, quando solicitado, subsidiárias integrais, coligadas e controladas, no que tange aos aspectos legais e jurídicos;</p> <p><b>c)</b> aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;</p> <p><b>d)</b> gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o</p>	<p><del>previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;</del></p> <p><del><b>e)</b> — conduzir as atividades relacionadas à relações com investidores.</del></p> <p><del><b>VIII – Diretor Jurídico:</b></del></p> <p><del><b>a)</b> — coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;</del></p> <p><del><b>b)</b> — apoiar as demais áreas da Companhia, incluindo, quando solicitado, subsidiárias integrais, coligadas e controladas, no que tange aos aspectos legais e jurídicos;</del></p> <p><del><b>c)</b> — aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;</del></p> <p><del><b>d)</b> — gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>andamento e evolução de tais processos.</p> <p><b>IX – Diretor de Comunicação:</b></p> <p><b>a)</b> conduzir as atividades de comunicação empresarial (inclusive imprensa), sustentabilidade, relacionamento com comunidades e patrocínios incentivados de eventos e atividades culturais, recreativas e esportivas;</p> <p><b>b)</b> conduzir as atividades do Instituto Light;</p> <p><b>c)</b> coordenar o relacionamento com a imprensa;</p> <p><b>d)</b> coordenar a estratégia de atuação da Companhia e promover a melhoria das políticas em relação à efficientização energética; bem como à comunicação empresarial da Companhia e das suas subsidiárias integrais;</p> <p><b>e)</b> coordenar as ações para a manutenção e o fortalecimento da credibilidade da marca e a reputação das</p>	<p><del>andamento e evolução de tais processos.</del></p> <p><del><b>IX – Diretor de Comunicação:</b></del></p> <p><del><b>a)</b> conduzir as atividades de comunicação empresarial (inclusive imprensa), sustentabilidade, relacionamento com comunidades e patrocínios incentivados de eventos e atividades culturais, recreativas e esportivas;</del></p> <p><del><b>b)</b> conduzir as atividades do Instituto Light;</del></p> <p><del><b>c)</b> coordenar o relacionamento com a imprensa;</del></p> <p><del><b>d)</b> coordenar a estratégia de atuação da Companhia e promover a melhoria das políticas em relação à efficientização energética; bem como à comunicação empresarial da Companhia e das suas subsidiárias integrais;</del></p> <p><del><b>e)</b> coordenar as ações para a manutenção e o fortalecimento da credibilidade da marca e a reputação das</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>subsidiárias integrais da Companhia;</p> <p><b>f)</b> coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória das subsidiárias integrais da Companhia, zelando pelo acervo físico dessas Empresas.</p> <p><b>g)</b> coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;</p> <p><b>h)</b> coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da</p>	<p><del>subsidiárias integrais da Companhia;</del></p> <p><del>f) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória das subsidiárias integrais da Companhia, zelando pelo acervo físico dessas Empresas.</del></p> <p><del>g) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;</del></p> <p><del>h) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da</del></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;</p> <p>i) coordenar o controle e divulgação de informações e os relacionamentos institucionais e corporativos;</p> <p>j) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes;</p> <p>k) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais</p> <p>l) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;</p> <p>m) coordenar o desenvolvimento de ferramentas de contato/acesso aos clientes através da mídia eletrônica, tais como redes sociais.</p>	<p><del>Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;</del></p> <p><del>i) coordenar o controle e divulgação de informações e os relacionamentos institucionais e corporativos;</del></p> <p><del>j) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes;</del></p> <p><del>k) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais</del></p> <p><del>l) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;</del></p> <p><del>m) coordenar o desenvolvimento de ferramentas de contato/acesso aos clientes através da mídia eletrônica, tais como redes sociais.</del></p>	
	<p><b>Parágrafo Único – Compete a cada Diretor, no âmbito de sua</b></p>	<p>Inclusão de dispositivo estatutário estabelecendo nova</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
	<p>atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela companhia.</p>	<p>atribuição comum a todos os cargos da Diretoria, relativa ao cumprimento e implementação das políticas de segurança do trabalho.</p>
	<p><b>CAPÍTULO IV – COMITÊ DE AUDITORIA</b></p>	
	<p><b>Artigo 19</b> O Comitê de Auditoria é órgão independente, com dotação orçamentária própria, de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir</p> <p><b>Parágrafo Primeiro</b> - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.</p>	<p>Criação do Comitê de Auditoria Estatutário, em observância às regras do Novo Regulamento do Novo Mercado da B3, e, ainda, às melhores práticas do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias Abertas.</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
	<p><b>Parágrafo Segundo</b> - Na primeira eleição dos membros do Comitê de Auditoria, 1 (um) deles, excepcionalmente, será eleito para mandato de 2 (dois) anos.</p> <p><b>Artigo 20</b> O Comitê de Auditoria poderá exercer suas atribuições e responsabilidades junto às subsidiárias integrais e controladas da Companhia que vierem a adotar o regime de compartilhamento de Comitê de Auditoria Comum.</p> <p><b>Artigo 21</b> Competirá ao Comitê de Auditoria:</p> <p><b>a)</b> opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;</p> <p><b>b)</b> supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;</p> <p><b>c)</b> supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;</p>	



ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
	<p><b>d)</b> monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;</p> <p><b>e)</b> avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia;</p> <p><b>f)</b> avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;</p> <p><b>g)</b> elaborar relatório anual com informações sobre atividades, seus resultados, suas conclusões e recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;</p> <p><b>h)</b> avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a Companhia for patrocinadora</p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
	<p>de entidade fechada de previdência complementar; e</p> <p><b>Artigo 22</b> É conferido ao Comitê de Auditoria autonomia operacional para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.</p> <p><b>Parágrafo Único</b> - O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive de caráter sigiloso, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas à sua competência.</p>	
<p><b>CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL</b></p>	<p><b>CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL</b></p>	
<p><b>Artigo 19</b> A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto.</p> <p>[...]</p>	<p><b>Artigo 19 23</b> A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto.</p> <p>[...]</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<b>CAPÍTULO V – ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>CAPÍTULO VI – ASSEMBLEIA GERAL</b>	
<p><b>Artigo 20</b> A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no prazo de 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.</p> <p><b>Artigo 21</b> As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho, ou na ausência deste pelo Presidente da Companhia ou, em sua ausência, por qualquer dos Diretores. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelos acionistas.</p> <p>[...]</p> <p><b>Artigo 22</b> As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas, observado o Artigo 32, parágrafo único.</p> <p><b>Artigo 23</b> Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:</p> <p>[...]</p>	<p><b>Artigo <del>20</del> 24</b> A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no prazo de 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.</p> <p><b>Artigo <del>21</del> 25</b> As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho, ou na ausência deste pelo Presidente da Companhia ou, em sua ausência, por qualquer dos Diretores. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelos acionistas.</p> <p>[...]</p> <p><b>Artigo <del>22</del> 26</b> As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas, observado o Artigo <del>32</del> 33, parágrafo único.</p> <p><b>Artigo <del>23</del> 27</b> Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:</p> <p>[...]</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p> <p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p> <p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p> <p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p align="center"><b>CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b></p>	<p align="center"><b>CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b></p>	
<p><b>Artigo 24</b> O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.</p> <p><b>Artigo 25</b> Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, inclusive como antecipação, total ou parcial, do dividendo obrigatório do exercício em curso.</p> <p>[...]</p>	<p><b>Artigo 24 28</b> O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.</p> <p><b>Artigo 25 29</b> Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, inclusive como antecipação, total ou parcial, do dividendo obrigatório do exercício em curso.</p> <p>[...]</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p> <p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p>
<p align="center"><b>CAPÍTULO VII – ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE</b></p>	<p align="center"><b>CAPÍTULO VIII – ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE</b></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p><b>Artigo 26</b> A Alienação direta ou indireta do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.</p>	<p><b>Artigo <del>26</del>—30</b> A Alienação direta ou indireta do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p>
<p><b>CAPÍTULO VIII – OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL</b></p>	<p><b>CAPÍTULO <del>VIII</del> IX – OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL</b></p>	
<p><b>Artigo 27</b> Qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos ou outra forma de organização) ou grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle</p>	<p><b>Artigo <del>27</del> 31</b> Qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos ou outra forma de organização) ou grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; (ii) entre as quais haja</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>comum (“Grupo de Pessoas”) que adquira ou se torne titular, em uma única operação ou por operações sucessivas, por meio de participação direta ou indireta, de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia (“Acionista Comprador” e “Participação Substancial”, respectivamente) deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, submeter à ANEEL pedido para realização de uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (“OPA 40%”), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo.</p> <p>[...]</p> <p><b>Parágrafo Oitavo</b> – As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das S.A. e dos artigos 26, 28 e 29 deste</p>	<p>relação de controle; ou (iii) sob controle comum (“Grupo de Pessoas”) que adquira ou se torne titular, em uma única operação ou por operações sucessivas, por meio de participação direta ou indireta, de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia (“Acionista Comprador” e “Participação Substancial”, respectivamente) deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, submeter à ANEEL pedido para realização de uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (“OPA 40%”), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo.</p> <p>[...]</p> <p><b>Parágrafo Oitavo</b> – As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das S.A. e dos artigos <del>26, 28 e 29</del> <b>30, 32</b></p>	

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>Estatuto Social não excluem o cumprimento, pelo Acionista Comprador, das obrigações constantes deste artigo.</p> <p>[...]</p>	<p>e <b>33</b> deste Estatuto Social não excluem o cumprimento, pelo Acionista Comprador, das obrigações constantes deste artigo.</p> <p>[...]</p>	
<p><b>CAPÍTULO IX– CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA</b></p>	<p><b>CAPÍTULO <del>IX</del>– CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA</b></p>	
<p><b>Artigo 28</b> O cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado, obrigatoriamente, o correspondente ao preço justo, determinado em laudo de avaliação elaborado conforme dispõe o artigo 29, respeitadas as normas legais e regulamentares.</p> <p><b>Artigo 29</b> O laudo de avaliação a que se refere o artigo 28 deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como</p>	<p><b>Artigo <del>28</del> 32</b> O cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado, obrigatoriamente, o correspondente ao preço justo, determinado em laudo de avaliação elaborado conforme dispõe o artigo <del>29</del> <b>33</b>, respeitadas as normas legais e regulamentares.</p> <p><b>Artigo <del>29</del> 33</b> O laudo de avaliação a que se refere o artigo <del>28</del> <b>32</b> deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p> <p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p>satisfazer os demais requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo ofertante.</p> <p><b>Parágrafo Único</b> – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do preço justo da Companhia, decorrente do laudo de avaliação, é de competência privativa da Assembleia Geral, conforme estabelecido no artigo 23, “b”, deste Estatuto Social, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembleia Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.</p>	<p>satisfazer os demais requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo ofertante.</p> <p><b>Parágrafo Único</b> – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do preço justo da Companhia, decorrente do laudo de avaliação, é de competência privativa da Assembleia Geral, conforme estabelecido no artigo <del>23</del> 27, “b”, deste Estatuto Social, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembleia Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p>



ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p align="center"><b>CAPÍTULO X – JUÍZO ARBITRAL</b></p>	<p align="center"><b>CAPÍTULO XI – JUÍZO ARBITRAL</b></p>	
<p><b>Artigo 30</b> A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e do Contrato de Participação do Novo Mercado.</p> <p>[...]</p>	<p><b>Artigo <del>30</del> 34</b> A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e do Contrato de Participação do Novo Mercado.</p> <p>[...]</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p>

ATUAL ESTATUTO SOCIAL	PROPOSTA DE REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL	JUSTIFICATIVA E EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS
<p align="center"><b>CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS</b></p>	<p align="center"><b>CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS</b></p>	
<p><b>Artigo 31</b> A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal – que funcionará durante todo o período de liquidação – fixando-lhes os respectivos honorários.</p> <p><b>Artigo 32</b> Em virtude da admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a Companhia, bem como seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, as quais prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.</p>	<p><b>Artigo <del>31</del> 35</b> A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal – que funcionará durante todo o período de liquidação – fixando-lhes os respectivos honorários.</p> <p><b>Artigo <del>32</del> 36</b> Em virtude da admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a Companhia, bem como seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, as quais prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.</p>	<p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p> <p>Adequação para refletir nova numeração dos artigos, em decorrência da inclusão de novos dispositivos (novo artigo 19 e seguintes).</p>

**ANEXO II**  
**Estatuto Social (Consolidado)**  
**LIGHT S.A.**  
CNPJ Nº 03.378.521/0001-75

**CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO E SEDE**

**Artigo 1º** A Companhia é denominada LIGHT S.A. e é regida por este Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

**Artigo 2º** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

**Artigo 3º** A Companhia tem sede e domicílio na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano nº 168, parte, 2º andar, Corredor A, Centro, e, mediante resolução da Diretoria, poderá a Companhia abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do País, sendo que, para fins fiscais, uma parcela do capital será alocada para cada uma delas. A abertura e manutenção de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior deverão ser objeto de deliberação do Conselho de Administração.

**Artigo 4º** A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.225.822.197,89 (dois bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e dois mil, cento e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos) representado por 203.934.060 (duzentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ficando a Companhia autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 323.934.060 (trezentos e vinte e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação corresponde o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

**Parágrafo Segundo** – A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

**Parágrafo Terceiro** – A emissão de ações dentro do limite do capital autorizado será deliberada pelo Conselho de Administração que também fixará o preço da emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização.

**Parágrafo Quarto** - Poderá ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações ("Lei das S.A.").

**Artigo 6º** Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção das suas participações no capital da Companhia.

**Parágrafo Único:** Nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado e cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de exercício pelos antigos acionistas, na forma prevista no artigo 172 da Lei das S.A..

### **CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 7º** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim, bem como para atendimento do previsto no Regulamento do Novo Mercado nos termos do parágrafo único do artigo ~~30~~ 34 deste Estatuto Social, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

**Parágrafo Segundo** – A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

## SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 8º** O Conselho de Administração será composto de 9 (nove) membros efetivos com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Na composição do Conselho de Administração, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos conselheiros, deverão ser Conselheiros Independentes.

**Parágrafo Segundo** – Para fins do presente Estatuto Social, entende-se por Conselheiro Independente aquele que não possui qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; não é acionista controlador ou acionista vinculado por acordo de voto, cônjuge ou parente até segundo grau destes ou de qualquer administrador da Companhia, ou não está ou não esteve, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada a acionista controlador ou a acionista vinculado por acordo de voto, sendo excluídas de tal restrição pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa; não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de acionistas controladores ou de acionistas vinculados por acordo de voto, ou de sociedade controlada pela Companhia; não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que, direta ou indiretamente, ofereça ou demande a prestação de serviços da Companhia, cuja relação implique em perda de independência; e, não recebe outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro, ressalvados os proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital social da Companhia.

**Parágrafo Terceiro** – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

**Artigo 9º** Caberá à Assembleia Geral eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Parágrafo Segundo** – O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente, ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de vacância de qualquer cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deve convocar a Assembleia Geral para preenchimento do respectivo cargo.

**Parágrafo Quarto** – No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu titular, cumprindo, o substituto, gestão pelo prazo remanescente.

**Artigo 10** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, ou pelo Diretor Presidente com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros.

**Parágrafo Primeiro** – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião em questão.

**Parágrafo Segundo** – Qualquer reunião ordinária do Conselho de Administração poderá deixar de ser realizada na ausência de qualquer assunto a ser por ela decidido.

**Parágrafo Terceiro** – As reuniões do Conselho de Administração podem ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência, correio ou por qualquer outro meio de comunicação.

**Artigo 11** No exercício das suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, especialmente:

**I** - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

**II** - convocar a Assembleia Geral;

**III** - eleger e destituir o Diretor Presidente;

**IV** - eleger e destituir os demais membros da Diretoria;

**V** - manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria e dos balanços consolidados, que deverão ser submetidos a sua apreciação;

**VI** - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

**VII** - estabelecer a forma de distribuição da remuneração dos administradores da Companhia, se fixada globalmente pela assembleia geral, e aprovar as regras gerais da política salarial dos empregados da Companhia;

**VIII** - observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, aprovar a política de dividendos da Companhia e declarar, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menor de tempo ou de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço, bem como deliberar sobre a aprovação e o pagamento de juros sobre o capital próprio;

**IX** - opinar sobre a criação de qualquer reserva de capital para contingências e/ou qualquer reserva de lucros, bem como qualquer operação ou mecanismo que possa resultar na redução dos lucros a serem distribuídos para os acionistas pela Companhia ou, indiretamente, por suas controladas;

**X** - a aprovação de quaisquer planos de negócios, de orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e de suas revisões;

**XI** - deliberar sobre a constituição de quaisquer ônus sobre bens, móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

**XII** - deliberar sobre a alienação de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia em montante que exceda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

**XIII** - deliberar sobre a aquisição de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia em montante que exceda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

**XIV** - deliberar sobre a realização de qualquer negócio jurídico que tenha por objeto a aquisição ou alienação, ou ainda, a constituição de gravames de qualquer natureza pela Companhia sobre participações societárias, valores mobiliários, direitos de subscrição ou aquisição;

**XV** - deliberar sobre a contratação, pela Companhia e por qualquer de suas controladas, de obrigação em uma única operação ou numa série de operações vinculadas, em montante que exceda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) não prevista no orçamento anual da Companhia;

**XVI** - a aprovação de associação da Companhia, sob quaisquer circunstâncias, com terceiros, inclusive a realização de um empreendimento conjunto, de um consórcio, ou a participação da Companhia em outras sociedades observados os limites do artigo 256 da Lei das S.A.;

**XVII** - a aprovação de investimentos (que não os previstos no inciso XVI acima e exceto os casos do artigo 256 da Lei das S.A.) em uma única operação ou numa série de operações vinculadas envolvendo montantes acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), devendo tal montante ser revisto a cada 2 (dois) anos pela Assembleia Geral dos acionistas;

**XVIII** - a aprovação da participação da Companhia ou de sociedade controlada em qualquer negócio que envolva os acionistas da Companhia, ou suas partes relacionadas, ou qualquer pessoa física ou jurídica nas quais os acionistas da Companhia, ou suas partes relacionadas tenham interesse econômico direto ou indireto, respeitado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo;

**XIX** - a autorização para a prática de qualquer ato extraordinário de gestão não compreendido, por lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários;

**XX** - a aprovação da política de limite de concessão de crédito pela Companhia;

**XXI** - opinar sobre o resgate, amortização ou aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de permanência em tesouraria para posterior cancelamento e/ou alienação, nos termos da legislação aplicável;

**XXII** - deliberar sobre a indicação de procuradores para a execução dos atos listados neste Artigo;

**XXIII** - deliberar sobre a emissão de ações dentro do limite do capital autorizado;



**XXIV** - deliberar sobre a emissão de notas promissórias (“commercial papers”) e/ou outros títulos de créditos ou instrumentos semelhantes destinados à distribuição em mercados de capitais;

**XXV** - escolher e destituir os auditores independentes, bem como alterar a política contábil e fiscal da Companhia;

**XXVI** - opinar sobre a solicitação de cancelamento de registro da Light como companhia aberta;

**XXVII** - opinar sobre a dissolução e liquidação, ou ainda autorização que permita à administração da Companhia requerer a recuperação judicial ou extrajudicial, ou ainda confessar a falência da Companhia ou de suas controladas;

**XXVIII** - constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, e definir suas respectivas atribuições, remuneração e regulamento de funcionamento;

**XXIX** - estabelecer os padrões éticos e de comportamento da Companhia, garantindo a observância da legislação vigente, à responsabilidade institucional da Companhia, fiscalizando a gestão financeira da Companhia e garantindo total transparência sobre os principais riscos da Companhia;

**XXX** - elaborar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;

**XXXI** - aprovar a orientação de voto a ser proferido pelos diretores da Companhia no exercício dos direitos da Companhia na qualidade de acionista ou quotista de outra sociedade;

**XXXII** - aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades que sejam controladas pela Companhia;

**XXXIII** - manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações;

(ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

**XXXIV** - definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

**Parágrafo Primeiro** – Nas deliberações sobre a realização de negócio pela Companhia ou por suas subsidiárias com acionistas ou partes relacionadas, os conselheiros indicados pelo acionista que pretende realizar tal negócio se ausentarão do recinto durante a discussão e votação da matéria em deliberação que será tomada pela maioria dos demais conselheiros.

**Parágrafo Segundo** – A Companhia complementarará a previdência social a seus empregados, através da Fundação de Seguridade Social BRASLIGHT, na forma e meios aprovados pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro** - Os limites financeiros para deliberação do Conselho de Administração serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

## **SEÇÃO II – DIRETORIA**

**Artigo 12** A Diretoria será constituída por ~~até 9 (nove)~~ 6 (seis) Diretores, composta da seguinte forma: um **Diretor Presidente e de Relação com Investidores**; um Diretor de Finanças e de Participações; um Diretor de ~~Gente e~~ Gestão Empresarial; um Diretor de Energia e Comercialização; um Diretor Comercial e; um Diretor de Engenharia; ~~um Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores; um Diretor Jurídico e um Diretor de Comunicação~~; todos com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Caberá ao Diretor Presidente escolher, dentre os demais Diretores, o seu substituto, no caso de sua ausência ou impedimento. Os demais Diretores, por sua vez, serão substituídos, em caso de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor especialmente designado pelo Diretor Presidente.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de vacância definitiva do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração elegerá o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. Em caso de vacância definitiva do cargo de qualquer Diretor, o Diretor Presidente indicará o substituto, dentre os demais Diretores, até que o Conselho de Administração eleja o seu substituto definitivo pelo prazo restante de gestão.

**Artigo 13** Os Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

**Artigo 14** Compete à Diretoria como órgão colegiado, obedecidas as restrições da legislação vigente, praticar todos os atos necessários para assegurar o funcionamento regular da Companhia, especificamente:

**I** - estabelecer políticas específicas e diretrizes decorrentes da orientação geral dos negócios fixada pelo Conselho de Administração;

**II** - aprovar e alterar a estrutura orgânica da Companhia, definindo as atribuições e competências das unidades administrativas e do pessoal, bem como as normas e procedimentos internos, respeitadas a competência do Conselho de Administração e as disposições deste Estatuto;

**III** - examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o planejamento estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;

**IV** - elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o Orçamento Anual, o qual deverá refletir o planejamento estratégico vigente, assim como suas revisões;

**V** - aprovar os nomes indicados pelos Diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados, bem como destituição dos mesmos;

**VI** - conferir autoridade aos Diretores para decidirem isoladamente sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria;

**VII** - conferir poderes aos Diretores e empregados para autorização das despesas, estabelecendo limites e condições;

**VIII** - deliberar a alienação e aquisição de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia, cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), enviando para aprovação do Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 11, inciso XVII, deste Estatuto Social, observando-se, quanto à correção deste valor, a mesma regra prevista no Parágrafo Terceiro do Artigo 11, acima;

**IX.** aprovar a matriz de competência para as operações incluídas na condução normal dos negócios da sociedade e que não dependam de aprovação do Conselho de Administração;

**X.** submeter à aprovação do Conselho de Administração as Políticas e Estratégias da Companhia, bem como os demais assuntos que são da competência do Conselho de Administração.

**Artigo 15** Sem prejuízo das atribuições da Diretoria em colegiado, são atribuições próprias dos Diretores em função do respectivo cargo:

**I – Diretor Presidente e de Relações com Investidores:**

- a)** superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b)** representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- c)** assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- d)** coordenar e administrar processos e ~~as~~ atividades relativas à comunicação e de relações institucionais, externa e internamente, no âmbito da Companhia, de suas subsidiárias e controladas; ~~de relacionamento institucional junto aos órgãos reguladores e Ministérios Públicos, ouvidoria e regulação;~~
- e)** apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- f)** propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- g)** propor as indicações para os cargos de administração e conselhos fiscais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia, assim como para a Previdência e Saúde;
- h)** coordenar a elaboração e a consolidação do Planejamento Estratégico da Companhia com a participação de todas as Diretorias;
- i)** ~~gerir os processos e atividades relativos à área de Regulação e~~ ~~coordenar a gestão de riscos corporativos da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;~~

~~j) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;~~

~~k) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;~~

↳ **j)** coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;

↳ **k)** coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;

↳ **l)** propor a política de governança corporativa;

↳ **m)** coordenar as atividades executivas de auditoria interna, ~~compliance, secretaria geral;~~ e secretaria de governança corporativa;

↳ **n)** ~~conduzir as atividades relacionadas à riscos e segurança empresarial~~ coordenar as políticas em relação à responsabilidade social e à sustentabilidade;

↳ **o)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;

~~r) coordenar as políticas em relação à responsabilidade social e à sustentabilidade.~~

**p)** gerir os processos e atividades relativos à área de Relações com Investidores;

**q)** responsabilizar-se pelas atividades de *compliance* e gestão de riscos corporativos.

## **II – Diretor de Finanças e Participações:**

~~a) gerir os processos e atividades relativos à área financeira controlar os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme Orçamento Anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;~~

~~b) gerir os processos e atividades relativos ao acompanhamento da Gestão das empresas investidas contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia;~~

~~c) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no Orçamento Anual;~~

~~d) controlar o capital social da Companhia, propor a política acionária, bem como sugerir a política de dividendos;~~

- ~~e) promover a gestão financeira das participações da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;~~
- ~~f) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no presente Estatuto, os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;~~
- ~~g) coordenar a elaboração e a consolidação do Orçamento Anual, com a participação de todas as Diretorias da Companhia;~~
- ~~h) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;~~
- ~~i) coordenar a gestão de riscos financeiros da Companhia em todas as suas ações, propondo políticas de riscos;~~
- ~~j) acompanhar o desempenho da execução dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;~~
- ~~k) proceder à avaliação econômico financeira dos projetos de investimento da Companhia;~~
- ~~l) conduzir as atividades relacionadas às operações financeiras no mercado de capitais;~~
- ~~m) c) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;~~
- ~~n) consolidar o Planejamento Estratégico da Companhia com a participação das demais Diretorias.~~

### **III – Diretor de ~~Gente e~~ Gestão Empresarial:**

- ~~a) planejar e prover as atividades relativas a gestão de recursos humanos, suprimento de materiais e serviços, infraestrutura, tecnologia da informação e telecomunicações; prover pessoal adequado à Companhia;~~
- ~~b) coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica; definir a política de recursos humanos (inclusive benefícios) da Companhia, orientar e promover sua aplicação;~~
- ~~c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;~~

- ~~d) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;~~
- ~~e) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar o desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia e subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais;~~
- ~~f) propor ao Diretor Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia e das demais companhias envolvidas nas negociações, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;~~
- ~~g) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia;~~
- ~~h) coordenar as políticas, processos e meios de segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;~~
- ~~i) propor políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;~~
- ~~j) coordenar os serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;~~
- ~~k) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;~~
- ~~l) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;~~
- ~~m) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;~~
- ~~n) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;~~
- ~~o) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;~~
- ~~p) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe;~~

- ~~q)~~ coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- ~~r)~~ definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico e de normalização técnica;
- ~~s)~~ coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao processo tecnológico e a gestão estratégica de tecnologia;
- ~~t)~~ **c)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;
- ~~u)~~ — promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia.

#### **IV – Diretor de Energia e Comercialização:**

- ~~a)~~ gerir os processos e atividades de geração de energia e transporte em alta tensão; ~~elaborar o planejamento da geração e da transmissão;~~
- ~~b)~~ gerir os processos e atividades relativos à comercialização de energia e ao relacionamento comercial no ambiente de contratação livre; ~~operar e manter os sistemas de geração e os sistemas de supervisão e telecontrole associados, bem como os sistemas de transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;~~
- ~~c)~~ desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;
- ~~d)~~ representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica-Abrage, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE e a demais entidades representativas dos setores de geração e de transmissão de energia elétrica e de comercialização de energia;
- ~~e)~~ gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;
- ~~f)~~ coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e de transmissão;
- ~~g)~~ propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e de transmissão;
- ~~h)~~ gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração e cogeração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;
- ~~i)~~ fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da transmissão, geração e cogeração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos;
- ~~j)~~ zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao



sistema de transmissão;

~~k)~~ gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;

~~l)~~ propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;

~~m)~~ gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de transmissão, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;

~~n)~~ propor as políticas e diretrizes de meio ambiente;

~~o)~~ **c)** coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente;

~~p)~~ monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais;

~~q)~~ elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;

~~r)~~ coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;

~~s)~~ coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;

~~t)~~ coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;

~~u)~~ coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica e propor à Diretoria Executiva para aprovação;

~~v)~~ estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 230 kV;

~~w)~~ identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;

~~x)~~ negociar e gerenciar a comercialização de transporte e conexão de qualquer acessante ao sistema de distribuição;

~~y)~~ negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;

~~z)~~ **d)** aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;

~~aa) — propor as políticas e diretrizes de alternativas energéticas.~~

#### **V – Diretor de Engenharia:**

~~a) gerir os processos e atividades relativas ao planejamento, operação, manutenção e expansão da rede de distribuição de energia elétrica e zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia; operar o sistema elétrico de distribuição e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;~~

~~b) buscar a melhoria contínua dos processos de operação, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;~~

~~c) buscar a melhoria contínua dos processos de manutenção, através da utilização de novas tecnologias e métodos, visando à melhoria de qualidade e redução dos custos das referidas atividades;~~

~~d) manter o sistema elétrico de distribuição e sistemas de supervisão e telecontrole associados;~~

~~e) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de distribuição da Companhia;~~

~~f) elaborar o planejamento do sistema de distribuição da Companhia;~~

~~g) gerenciar a implantação das instalações de distribuição, incluindo a elaboração e a execução do projeto, a construção e a montagem;~~

~~h) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;~~

~~i) b) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;~~

~~j) — representar a Companhia perante a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica Abradee e demais entidades do setor de distribuição.~~

#### **VI – Diretor Comercial:**

~~a) gerir os processos e atividades relativos ao relacionamento com clientes do sistema de distribuição, envolvendo faturamento, leitura, cobrança e gestão do programa de recuperação de energia e de combate às perdas comerciais; ~~propor e implementar as políticas de atendimento aos consumidores atendidos com tensão até 138kV;~~~~

- ~~b) propor e implementar ações visando o incremento dos índices de satisfação dos clientes, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da percepção da imagem da empresa, em conformidade com as metas estabelecidas e as exigências dos órgãos reguladores; desenvolver programas e ações junto aos consumidores até 138kV, visando ao melhor aproveitamento da utilização da energia elétrica;~~
- ~~c) estabelecer relações comerciais e mercadológicas e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para consumidores até 138kV;~~
- ~~d) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação à efficientização energética;~~
- ~~e) propor e implementar a estratégia e as políticas de recuperação de energia e de combate às perdas comerciais, em conformidade com as metas estabelecidas;~~
- ~~f) propor e implementar ações com a finalidade de promover a melhoria constante da adimplência por meio de ações estratégicas e operacionais eficientes;~~
- ~~g) propor e implementar ações visando o incremento dos índices de satisfação dos clientes, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e da percepção da imagem da empresa, em conformidade com as metas estabelecidas e as exigências dos órgãos reguladores;~~
- ~~h) propor, implementar e coordenar as ações relacionadas a faturamento, leitura, entrega das faturas, arrecadação e cobrança de contas dos clientes da Companhia, com a finalidade de garantir a receita prevista, por meio de ações comerciais;~~
- ~~i) c) aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;~~
- ~~j) planejar e implantar ações comerciais, coordenando os processos de atendimento aos clientes por meio de agências físicas, tele atendimento, agência virtual e redes sociais e definindo padrões de qualidade e de tratamento das reclamações.~~

#### ~~VII — Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores:~~

- ~~a) promover a prospecção, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;~~
- ~~b) — promover as análises prospectivas de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;~~
- ~~c) — coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de~~

~~propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos, em conjunto com a Diretoria de Finanças;~~

~~d) — coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;~~

~~e) — prospectar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos do setor de energia elétrica;~~

~~f) — coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;~~

~~g) — promover a prospecção e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;~~

~~n) — coordenar a gestão das participações societárias da Companhia nas empresas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto neste Estatuto;~~

~~o) — opinar sobre a celebração ou alteração de contratos ou ainda sobre os termos de quaisquer instrumentos, sempre que tais contratos ou instrumentos sejam relacionados a participações societárias;~~

~~p) — coordenar os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, mediante aprovação do Conselho de Administração;~~

~~q) — promover a política de governança corporativa;~~

~~r) — responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;~~

~~s) — representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais;~~

~~n) — aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 18;~~

~~o) — conduzir as atividades relacionadas à relações com investidores.~~

#### **~~VIII — Diretor Jurídico:~~**

- ~~a) — coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;~~
- ~~b) — apoiar as demais áreas da Companhia, incluindo, quando solicitado, subsidiárias integrais, coligadas e controladas, no que tange aos aspectos legais e jurídicos;~~
- ~~c) — aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;~~
- ~~d) — gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.~~

#### **IX — Diretor de Comunicação:**

- ~~a) — conduzir as atividades de comunicação empresarial (inclusive imprensa), sustentabilidade, relacionamento com comunidades e patrocínios incentivados de eventos e atividades culturais, recreativas e esportivas;~~
- ~~b) — conduzir as atividades do Instituto Light;~~
- ~~c) — coordenar o relacionamento com a imprensa;~~
- ~~d) — coordenar a estratégia de atuação da Companhia e promover a melhoria das políticas em relação à efficientização energética; bem como à comunicação empresarial da Companhia e das suas subsidiárias integrais;~~
- ~~e) — coordenar as ações para a manutenção e o fortalecimento da credibilidade da marca e a reputação das subsidiárias integrais da Companhia;~~
- ~~f) — coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória das subsidiárias integrais da Companhia, zelando pelo acervo físico dessas Empresas.~~
- ~~g) — coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;~~
- ~~h) — coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores~~

~~nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;~~

~~i) — coordenar o controle e divulgação de informações e os relacionamentos institucionais e corporativos;~~

~~j) — coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes;~~

~~k) — coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais~~

~~l) — aprovar a outorga de procuração, em nome da Companhia, em conjunto com outro diretor, conforme previsto no Parágrafo Único do artigo 18;~~

~~m) — coordenar o desenvolvimento de ferramentas de contato/ acesso aos clientes através da mídia eletrônica, tais como redes sociais.~~

**Parágrafo Único** – Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela companhia.

**Artigo 16** A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por iniciativa do Presidente ou a pedido de qualquer dos Diretores.

**Parágrafo Primeiro** – As decisões da Diretoria serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo** – Qualquer reunião ordinária da Diretoria poderá deixar de ser realizada na ausência de qualquer assunto a ser por ela decidido.

**Parágrafo Terceiro** – As decisões da Diretoria deverão estar contidas em atas das respectivas reuniões.

**Artigo 17** A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas:

- a) do Diretor Presidente e de 1 (um) Diretor ou de quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou
- b) do Diretor Presidente ou de qualquer Diretor, em conjunto com um procurador, agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou
- c) dois procuradores, agindo em conjunto e dentro dos limites estabelecidos nas respectivas procurações; ou
- d) um procurador, quando se tratar de mandato *ad judicium* e *ad judicium et extra* para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos e agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração.

**Parágrafo Único** – A Companhia estará validamente obrigada pela assinatura isolada de qualquer membro da Diretoria, caso essa representação seja previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

**Artigo 18** Qualquer membro da Diretoria ou procurador, agindo isoladamente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração, terá poderes para executar os seguintes atos:

- a) endosso de cheques, para depósito nas contas da Companhia;
- b) emissão de duplicatas e endosso das mesmas para fins de cobrança;
- c) assinatura de correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia;
- d) recebimento de citações, intimações e notificações judiciais e administrativas, prestação de depoimento pessoal e representação na qualidade de preposto em audiências;
- e) prática de atos administrativos em geral, perante órgãos públicos e entidades fiscais e/ou parafiscais nas áreas federal, estadual ou municipal, inclusive Receita Federal, INSS, Caixa Econômica Federal, Juntas Comerciais e cartórios, podendo assinar petições, requerimentos, impugnações, recursos, desistência de defesa em 1ª Instância de julgamento administrativo, desistência de recurso em 2ª Instância de julgamento administrativo, Câmara ou Plenário no âmbito estadual, municipal e federal, livros fiscais, livros contábeis, livros comerciais, autorização de impressão de documentos fiscais, demonstrativos e/ou informações mensais e anuais, petições para aproveitamento de crédito do ICMS, pedidos de ressarcimento e/ou compensação de tributos, pedidos de parcelamento de débitos, comunicações, pedidos

de certidões negativas, guias de informações, declarações de informações, declarações de restituição ou compensação de impostos e regularizações fiscais; e

f) cumprimento e negociação de obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, desde que não importe em assunção de novas obrigações.

**Parágrafo Único** – A outorga de procurações pela Companhia, excetuadas aquelas destinadas à prática dos atos previstos no Artigo 11 acima, dependerá sempre da aprovação de 02 (dois) Diretores, e os respectivos instrumentos serão sempre assinados pelo Presidente e por um dos Diretores ou por dois Diretores, e estabelecerão expressamente os poderes dos procuradores, bem como terão prazo máximo de validade de 01 (um) ano, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, e aquelas que devem seguir exigências definidas por órgãos governamentais ou reguladores ou no âmbito de contratos de administração de garantias vinculadas aos contratos de financiamento com recursos de bancos/ agências/ fundos constitucionais de desenvolvimento/fomento, respeitados os prazos de garantia destes, que poderão ter prazo de validade determinado superior a 01 (um) ano.

#### **CAPÍTULO IV – COMITÊ DE AUDITORIA**

**Artigo 19** O Comitê de Auditoria é órgão independente, com dotação orçamentária própria, de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir

**Parágrafo Primeiro** – O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na primeira eleição dos membros do Comitê de Auditoria, 1 (um) deles, excepcionalmente, será eleito para mandato de 2 (dois) anos.

**Artigo 20** O Comitê de Auditoria poderá exercer suas atribuições e responsabilidades junto às subsidiárias integrais e controladas da Companhia que vierem a adotar o regime de compartilhamento de Comitê de Auditoria Comum.

**Artigo 21** Competirá ao Comitê de Auditoria:



- a) opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;
- b) supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- c) supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;
- d) monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;
- e) avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia;
- f) avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;
- g) elaborar relatório anual com informações sobre atividades, seus resultados, suas conclusões e recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;
- h) avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar; e

**Artigo 22** É conferido ao Comitê de Auditoria autonomia operacional para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

**Parágrafo Único** – O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive de caráter sigiloso, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas à sua competência.

## **CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL**

**Artigo 19 23** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto.

**Parágrafo Único** – O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

## **CAPÍTULO VI – ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo ~~20~~ 24** A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no prazo de 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

**Artigo ~~21~~ 25** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho, ou na ausência deste pelo Presidente da Companhia ou, em sua ausência, por qualquer dos Diretores. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelos acionistas.

**Parágrafo Primeiro** – O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito do comprovante expedido pela instituição depositária na sede da Companhia ou em instituição financeira designada no anúncio de convocação, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O edital de convocação também poderá condicionar a representação do acionista, por procurador, na Assembleia Geral, a que o depósito do respectivo instrumento de procuração seja efetuado na sede da Companhia ou em instituição financeira designada no anúncio de convocação, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

**Artigo ~~22~~ 26** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas, observado o Artigo ~~32~~ 33, parágrafo único.

**Artigo ~~23~~ 27** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

a) deliberar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”); e,

**b)** escolher, dentre aquelas indicadas, em lista tríplice, pelo Conselho de Administração, a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto neste Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Artigo 24 28** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 25 29** Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, inclusive como antecipação, total ou parcial, do dividendo obrigatório do exercício em curso.

**Parágrafo Primeiro** – Após efetivadas as deduções previstas em lei, a Assembleia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Segundo** – Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A.

**Parágrafo Terceiro** – Poderá, ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação em vigor, em substituição total ou parcial dos dividendos, inclusive intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo “caput” deste artigo ou, ainda, em adição aos mesmos.

**Parágrafo Quarto** – Caberá ao Conselho de Administração, observada a legislação em vigor, fixar, a seu critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento vier a deliberar.

**Parágrafo Quinto** – A Assembleia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio deliberado pela Companhia durante o exercício.

**Parágrafo Sexto** – Os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão pagos nas datas e locais indicados pelo Diretor de Relações com Investidores. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.

## **CAPÍTULO VIII – ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE**

**Artigo 26 30** A Alienação direta ou indireta do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutive, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

## **CAPÍTULO VIII IX – OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SUBSTANCIAL**

**Artigo 27 31** Qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos ou outra forma de organização) ou grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum (“Grupo de Pessoas”) que adquira ou se torne titular, em uma única operação ou por operações sucessivas, por meio de participação direta ou indireta, de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia (“Acionista Comprador” e “Participação Substancial”, respectivamente) deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, submeter à ANEEL pedido para realização de uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (“OPA 40%”), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste artigo.

**Parágrafo Primeiro** – Caso o pedido seja aceito pela ANEEL, o Acionista Comprador deverá realizar a OPA 40% no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da aprovação, procedendo na forma indicada neste artigo. Caso o pedido seja negado, o Acionista Comprador

deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da comunicação da negação, alienar todas as ações que excedam o limite estabelecido no caput deste artigo.

**Parágrafo Segundo** – O Acionista Comprador deverá encaminhar (i) ao Diretor Presidente cópia de todos os documentos relacionados ao pedido para a realização da OPA 40% que tenham sido entregues à ANEEL ou por esta enviados; e (ii) caso o pedido seja aceito pela ANEEL, ao Diretor de Relações com Investidores cópia do pedido de autorização enviado à CVM na mesma data em que ocorrer o respectivo protocolo, cabendo ao aludido Diretor promover a divulgação imediata da existência de tal pedido ao mercado, na forma prevista na regulamentação da CVM aplicável.

**Parágrafo Terceiro** – Durante o período entre a solicitação de realização da OPA 40% e a resposta, positiva ou negativa, da ANEEL, o Acionista Comprador não poderá adquirir ou alienar quaisquer ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

**Parágrafo Quarto** – A OPA 40% deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da oferta pública; (iv) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo quinto deste artigo; (v) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da regulamentação CVM aplicável; e (vi) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA 40%.

**Parágrafo Quinto** – O preço de aquisição na OPA 40% de cada ação de emissão da Companhia deve corresponder ao maior preço por ação pago pelo Acionista Comprador nos 12 (doze) meses que antecederem o atingimento do percentual referido no caput.

**Parágrafo Sexto** – Na hipótese de o Acionista Comprador não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para solicitação de autorização à ANEEL para realização da OPA 40%; (ii) para a realização ou solicitação do registro da OPA 40%; ou (iii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Comprador não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Comprador que não cumpriu com qualquer

obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das S.A., sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Comprador por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

**Parágrafo Sétimo** – Qualquer Acionista Comprador que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia estará igualmente obrigado às disposições relativas à OPA 40%.

**Parágrafo Oitavo** – As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das S.A. e dos artigos ~~26, 28 e 29~~ 30, 32 e 33 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento, pelo Acionista Comprador, das obrigações constantes deste artigo.

**Parágrafo Nono** – O disposto neste artigo não se aplica à pessoa ou Grupo de Pessoas que, em 09 de novembro de 2018, for titular direta ou indiretamente, de Participação Substancial.

**Parágrafo Décimo** – O disposto neste artigo não se aplica, ainda, caso a titularidade das ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 40% (quarenta por cento) seja atingida em razão de (i) fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, (ii) subscrição de ações no âmbito de ofertas públicas primárias aprovadas pela Companhia, ou, ainda, (iii) em razão de qualquer outra hipótese de sucessão legal.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – Para fins do cálculo do percentual de 40% (quarenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, de resgate de ações de emissão da Companhia ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

**Parágrafo Décimo Segundo** – A Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar a dispensa de realização da OPA 40%, ficando impedidos de votar o acionista ou grupo de acionistas agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, vinculados por acordo de acionistas ou não, que possam beneficiar-se de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – Não obstante todo o disposto neste artigo, nenhuma pessoa ou Grupo de Pessoas poderá tornar-se detentor de ações em quantidade igual ou superior a

50% (cinquenta por cento) do total de ações de emissão da Companhia sem a prévia anuência da ANEEL.

## **CAPÍTULO IX – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA**

**Artigo ~~28~~ 32** O cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado, obrigatoriamente, o correspondente ao preço justo, determinado em laudo de avaliação elaborado conforme dispõe o artigo ~~29~~ 33, respeitadas as normas legais e regulamentares.

**Artigo ~~29~~ 33** O laudo de avaliação a que se refere o artigo ~~28~~ 32 deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como satisfazer os demais requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das S.A. e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo ofertante.

**Parágrafo Único** – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do preço justo da Companhia, decorrente do laudo de avaliação, é de competência privativa da Assembleia Geral, conforme estabelecido no artigo ~~23~~ 27, “b”, deste Estatuto Social, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes na Assembleia Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

## **CAPÍTULO XI – JUÍZO ARBITRAL**

**Artigo ~~30~~ 34** A Companhia, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, qualquer controvérsia

que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

**Parágrafo Único** – A posse dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à prévia assinatura de Termo de Posse que deve contemplar sua sujeição ao presente artigo, sem prejuízo do atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

## **CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo ~~31~~ 35** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal – que funcionará durante todo o período de liquidação – fixando-lhes os respectivos honorários.

**Artigo ~~32~~ 36** Em virtude da admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a Companhia, bem como seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, as quais prevalecerão sobre as disposições deste Estatuto, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.